

Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras

*Maria da Gloria Bonelli
Silvana Donatoni*

Introdução

O objetivo deste ensaio é focalizar como a problemática profissional desenvolveu-se na literatura sociológica brasileira entre as décadas de 60 e 90, estendendo-se até 1994. No início deste período, o sistema universitário, grande impulsionador das profissões de nível superior, viveu intensa expansão. Esse fenômeno refletiu-se nos estudos sobre as profissões, configurando-os como um campo de investigação, com a diversificação de enfoques teóricos e a constituição de vertentes analíticas.

Em 1963, Oracy Nogueira realizou uma pesquisa sobre a profissionalização no Brasil, centrando seu olhar no que identificou como a problemática da época: o crescimento do número de profissionais de nível superior que eram absorvidos pelo mercado de trabalho em condições de exercício não-liberal. Assim, o enfoque vigente na bibliografia anglo-saxã, que associava a autonomia e o controle sobre o trabalho às profissões liberais tradicionais de maior prestígio social, aparecia para este autor como um problema na profissionalização brasileira. Ele denominou o fenômeno que investigava de "institucionalização" das profissões, em oposição à condição liberal considerada típica.

Dada a enorme dificuldade encontrada para reunir dados sistemáticos sobre as profissões, informações desconhecidas na época pelas próprias associações profissionais, Nogueira optou por priorizar, em seu estudo, os dados históricos, seguidos dos poucos dados estatísticos globais, de alguma observação

participante, de entrevistas e do acompanhamento do noticiário de quatro jornais paulistas.

O trabalho compôs-se de dois volumes. No primeiro, o autor apresentou a problemática que denominou de "tendência à institucionalização", vista como comprometidora do modelo liberal tradicional, desenvolveu o conceito sociológico de profissão, resumiu a história das profissões no Ocidente e sistematizou a história das profissões no Brasil desde o período colonial. No segundo volume, baseando-se nas monografias feitas por seus assistentes, que levantaram dados sobre Engenharia, Advocacia, Medicina, Enfermagem, Economia, Arquitetura, Farmácia, Odontologia, Química e Veterinária, analisou quais destas profissões estavam mais "institucionalizadas" e quais as que preservavam as características liberais. Isto foi feito considerando-se a formação e a oferta de profissionais, bem como o processo e o grau de institucionalização de cada profissão.

Nogueira foi o autor da primeira sistematização da perspectiva profissional nos estudos sociológicos brasileiros realizada no período aqui focalizado. Nela, ele registra recorrentemente a dificuldade de obter dados para a realização de pesquisas empíricas, impossibilitando, inclusive, a realização de amostras para estudos quantitativos.

O segundo trabalho produzido com um objetivo semelhante, ou seja, fazer um balanço dos estudos sobre profissões no Brasil, foi o artigo publicado por José Carlos Durand em 1975. Esta nova revisão bibliográfica, realizada 12 anos depois da primeira, mostra um maior amadurecimento na forma de tratar a

temática, tanto por se basear em um acervo de dados mais consistente, quanto por ter sido realizada num contexto de expansão do sistema universitário e das profissões de nível superior de contornos mais claros e definidos do que o do período anterior.

A partir de 12 estudos de caso sobre profissões no Brasil, Durand desenvolve uma análise crítica do enfoque dominante à época na Sociologia das Profissões norte-americana, permeado pelo viés ideológico, e amplia sua crítica aos estudos brasileiros, polarizados, segundo ele, entre a vertente funcionalista, identificada com o olhar de Nogueira, e as vertentes marxistas que viam apenas o processo da proletarianização das profissões no Brasil. O autor propõe uma análise das práticas monopolistas das profissões e das suas formas de dependência e/ou pertinência à classe dominante, recorrendo a uma redefinição da problemática do profissionalismo, da perspectiva da teoria do campo simbólico desenvolvida por Pierre Bourdieu.

O balanço da produção bibliográfica que faremos aqui, 20 anos depois do estudo de Durand, aponta para a consolidação desta temática na Sociologia brasileira. Catalogamos 144 títulos que focalizam o tema das profissões ou dos profissionais de nível superior, mesmo que não lidem com o enfoque da Sociologia das Profissões. A principal expansão deste campo de investigação deu-se a partir de 1985. Entre 1985 e 1994 foram produzidos 62% dos trabalhos catalogados. A ausência de informações, tão intensamente registrada por Nogueira quando da realização do seu primeiro levantamento, já não vitimiza mais a área.

O desenvolvimento desta revisão bibliográfica segue três etapas básicas: seleção e resumo de trabalhos que caracterizam diferentes formas de se focar as profissões no Brasil; análise do desenvolvimento desta temática na Sociologia brasileira; compilação da produção das Ciências Sociais sobre profissões no período estudado. Os textos selecionados, cujos resumos apresentamos ao leitor, são: *O Magistério Primário numa Socie-*

dade de Classes, de Luiz Pereira (1969);¹ *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*, de Lili Katsuco Kawamura (1979); *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*, de José Carlos Garcia Durand (1972); *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*, de Maria Cecília F. Donnangelo (1975); *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*, de Joaquim de Arruda Falcão (1984); *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde*, de Maria Andréa Loyola (1984); *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões*, de Marcelo J.M. da C. Marinho (1985); "Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical", de Solange de Deus Simões (1992); *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais*, de Maria Lígia de Oliveira Barbosa (1993); "Quem é Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas de Gerentes Brasileiros", de Roberto Grün (1992); *A Profissão Acadêmica no Brasil*, de Simon Schwartzman e Elizabeth Balbachevsky (1992); *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*, de Maria da Glória Bonelli (1993).

Esta seleção priorizou livros, teses e artigos publicados nos veículos de divulgação das Ciências Sociais que recorriam ao enfoque da Sociologia das Profissões, fosse para criticá-lo, ressaltando suas limitações, fosse para aprofundá-lo no estudo da realidade brasileira. Outro critério adotado para selecionar os trabalhos foi a possibilidade de ilustrar as distintas perspectivas que compõem o leque teórico deste campo de investigação.

A produção brasileira relacionada ao tema por nós levantada foi classificada aqui segundo a profissão. Mesmo os trabalhos que focalizam as profissões superiores ou seus profissionais sob perspectivas analíticas distintas daquelas da Sociologia das Profissões foram assim agrupados na compilação organizada na terceira parte deste ensaio. Priorizou-se os estudos que se referiam ao corpo profissional, ao desempenho da atividade, à

sua organização e institucionalização, à sua auto-imagem, identidade e opiniões, à constituição de novos grupos, áreas, especializações e escolas e à delimitação de campos profissionais, disputas e conflitos pelo domínio de atividades e de monopólios de saber. O trabalho de compilação das referências bibliográficas apresentadas foi realizado em diversas bibliotecas.² Investigou-se também as principais revistas científicas da área³ e os trabalhos apresentados nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

A bibliografia anglo-saxã sobre o tema utiliza o termo profissão para referir-se às atividades ocupacionais que requerem um título superior para o seu desempenho. Nos países onde predomina essa cultura, a palavra profissão destina-se a identificar aqueles que possuem um diploma superior e o usam para a obtenção de posições no mercado de trabalho. Quem não tem esse título trabalha em atividades que não envolvem o conhecimento superior, possuindo, portanto, uma ocupação. Como os estudos sobre profissões se desenvolveram inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, trouxeram, desde sua origem, esta qualificação para o significado do termo profissão. A distinção profissão/ocupação, existente na própria língua, reflete a força que as atividades de nível superior conquistaram nessas sociedades, impondo a todos uma classificação que é questionada, na prática, por algumas categorias ocupacionais.

No Brasil, na França e nos países de origem latina, a diferença entre profissão e ocupação na linguagem cotidiana é menos nítida. Embora priorizemos, neste trabalho, a definição acadêmica do conceito, optando por selecionar estudos sobre aquelas atividades profissionais que têm como pré-requisito a obtenção de um título superior, não temos a pretensão de ignorar as disputas em torno da classificação, bem como as lutas pela inclusão ou exclusão desta ou daquela atividade do universo profissional. Os estudos que lidam com esta questão, mesmo quando referidos a atividades desempenhadas sem o pré-requisi-

to do título superior, foram aqui classificados no item "problemática profissional". Destacamos, porém, que não fizemos um levantamento detalhado de ocupações como a dos bancários ou do magistério de primeiro grau, segmentos nos quais se observa essa disputa classificatória, a luta pela caracterização da atividade como de tipo profissional ou superior, tentando-se rejeitar o rótulo de ocupação proletarizada.

Com o intuito de evidenciar como o enfoque profissional se desenvolveu na Sociologia brasileira, adaptando-se às especificidades locais, optamos por iniciar nosso estudo com um trabalho que analisa o magistério público brasileiro sob a perspectiva da Sociologia das Profissões, num período em que a maioria dos professores que desempenhavam esta atividade não possuía diploma universitário. Como vimos, a definição de profissão vigente na bibliografia norte-americana sobre o tema considerava a escolaridade superior um qualificativo indispensável para a classificação no mundo profissional. Desde a origem desses estudos no Brasil, contudo, observou-se a distância entre o conceito e o desenvolvimento histórico do fenômeno profissional. O interessante no trabalho de Pereira, resenhado a seguir, é o fato de ele usar o referencial teórico para "profissionalizar" o magistério mesmo sem diploma superior, entrando, assim, na disputa classificatória pela delimitação das fronteiras do que seria o universo profissional, ainda que o autor não tenha elaborado teoricamente essa questão.

Trabalhos Selecionados para Ilustrar o Percurso da Temática

Pereira, Luiz. *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes*. São Paulo, Pioneira, 1969.

Apresentado como dissertação de mestrado em 1961, o estudo de Pereira trata dos professores primários que trabalhavam no sistema público de ensino de São Paulo.

O magistério, já na época de sua pesquisa, era uma ocupação desempenhada quase

exclusivamente por mulheres. Neste sentido, o livro focaliza a formação escolar e a carreira profissional das professoras primárias e analisa o seu comportamento em face do sistema escolar primário público estadual, considerando-as como componentes das camadas socioeconômicas médias.

Basicamente, os objetivos do autor eram: (a) apresentar um perfil do magistério primário como atividade feminina e as professoras primárias como um setor da classe média assalariada e (b) caracterizar a crise pela qual a ocupação vinha passando, em seu processo de ajustamento às transformações ocorridas com a expansão e o aprofundamento da etapa urbano-industrial na sociedade brasileira.

Tomando o magistério primário como uma das principais modalidades de profissionalização da mulher na sociedade brasileira da época, Pereira caracteriza as dimensões estrutural, ideológica e motivacional desse fenômeno. Conclui que o magistério possibilitou a grande parte das mulheres acomodar o papel “doméstico” tradicional com o papel “profissional”, integrar esses dois papéis, devido à disseminação de estabelecimentos de ensino primário pelas comunidades locais brasileiras, ao período relativamente curto de trabalho diário, à escolarização pouco avançada exigida para o exercício do cargo e à valorização do magistério como atividade feminina.

De início, a maioria das professoras primárias vinha de famílias de classe média. Integravam-se a esta classe tanto pela sua origem social quanto pela profissão que exerciam. Seus movimentos reivindicatórios eram típicos de classe média. Buscavam manter a distância socioeconômica dos assalariados manuais.

De 1954 à 1958, porém, verificou-se uma diminuição da diferença entre os salários dos professores e os dos operários da indústria paulista. Isso não se devia só a fatores conjunturais; estava ligado à etapa mais avançada da sociedade de classes urbano-industrial, na qual a indústria afirmava-se como o setor dinâmico da economia.

Segundo o autor, desde então o magistério primário vinha sofrendo um processo de proletarização em seus aspectos econômicos e sociais. “Esse processo, por um lado, leva a categoria a colocar-se abaixo do estrato de classe média assalariada; por outro lado, a luta contra essa degradação ocupacional estimula o fortalecimento da profissionalização do magistério primário, solapadora dos moldes artesanal e paternalista associados a essa atividade, característicos da etapa pré-urbano industrial, mas embora parte ainda preservados” (Pereira, 1969, p. 177). Os movimentos reivindicatórios dos professores, contudo, enfrentavam duas restrições, advindas do fato de serem um contingente de trabalhadores do setor público e da atividade ser exercida quase que exclusivamente por mulheres das classes médias assalariadas.

Em suma, a tese central de Pereira é a de que a “degradação” do magistério primário era produto do desenvolvimento urbano-industrial na sociedade de classes brasileira.

Kawamura, Lili Katsuco. *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1969.

Estuda a categoria social dos engenheiros a partir do enfoque de Antonio Gramsci, o qual, segundo a autora, permite entender a prática social desta categoria nos planos econômico, político e ideológico e em suas relações de classe na estrutura social. Partindo do princípio de que a hegemonia da burguesia monopolista depende das práticas das categorias sociais ligadas à tecnologia no “aparelho econômico” e nos “aparelhos de Estado”, considera o estudo sobre os engenheiros da maior importância para se entender o papel do técnico na estrutura capitalista.

Segundo Kawamura, nas formações capitalistas centrais, a prática e a formação social do engenheiro estão vinculadas “à ação dirigente num âmbito de atividade tecnológica”. Seu trabalho procura mostrar a posição do engenheiro na estrutura social brasileira com base no conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci, para quem os intelectuais estão vinculados às classes fundamentais, são

criados por elas e realizam atividades intelectuais próprias à função que essas classes exercem e ao lugar que ocupam no modo de produção.

Desta perspectiva, a autora analisa o trabalho do engenheiro na "infra" e na "supra-estrutura", sua "formação técnico-ideológica" e sua "posição na estrutura social" relativamente às classes fundamentais. Seu pressuposto é o de que as transformações ocorridas com a categoria nesses diferentes níveis de análise decorreram de transformações na "infra-estrutura". Por isso ela optou por uma periodização de acordo com as mudanças básicas na organização da produção capitalista no Brasil. A primeira fase vai de fins do Império até 1930, período em que a base da produção era agroexportadora; a segunda fase vai de 1930 a 1945, quando ocorre o processo de industrialização por substituição das importações; a terceira vai de 1945 à década de 1970, período de industrialização extensiva e internacionalização do mercado interno. Com este enfoque histórico-estrutural, Kawamura analisa a prática profissional do engenheiro perante as oportunidades de trabalho nos três períodos mencionados, evidenciando como eles se inseriam no processo de produção social nesses contextos históricos.

No primeiro período analisado, diz a autora, o engenheiro talvez ocupasse posição subordinada em relação aos intelectuais tradicionais, que atuavam na organização e reprodução da ideologia dominante (clero, militares, médicos, advogados). Sua participação nos "aparelhos ideológicos e repressivos do Estado" era então restrita. Não eram nem "intelectuais tradicionais", nem "intelectuais orgânicos" da nascente burguesia urbano-industrial: os engenheiros não "criavam ou sustentavam condições institucionais e ideológicas da realização econômico-industrial dessa classe". Podem ser entendidos como uma extensão da posição do "intelectual orgânico" da burguesia dos países industrializados. Atuavam orientados por interesses corporativos, lutando pelas condições de sua própria reprodução.

De 1930 até a Segunda Guerra Mundial, a expansão das atividades urbanas e industriais e a influência das idéias de racionalização do trabalho produziram mudanças na atuação profissional dos engenheiros. Quando em posições de mando, estes disseminaram a ideologia da burguesia urbano-industrial. No nível da supra-estrutura, tornaram-se sócios-dirigentes do IDORT — Instituto de Organização Racional do Trabalho. Algumas associações representativas dos engenheiros, como o Instituto de Engenharia e os Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Arquitetura, nasceram conectadas aos interesses da burguesia industrial. Enfim, o engenheiro, nesse período, já podia ser visto como "intelectual orgânico" da burguesia industrial, já participava da organização da ideologia da burguesia urbano-industrial, embora o exercício das funções de dominação política continuasse a cargo dos "intelectuais tradicionais".

Após a guerra, o núcleo de atuação do engenheiro passou a ser a indústria. Com o predomínio do capital monopolista, prevaleceram as atividades baseadas na utilização de tecnologia complexa e a produção em escala. O engenheiro identificou-se com as atividades tecnológicas, adaptou a tecnologia à produção (já que, em sua maior parte, aquela era importada) e o operário à tecnologia. Tornou-se, finalmente, um "intelectual orgânico" da burguesia monopolista. Sua prática em funções tecnológicas essenciais para a reprodução e ampliação da acumulação capitalista contribuía para assegurar o exercício da hegemonia da classe dominante. Nas faculdades de Engenharia, os professores inculcavam nos alunos a aceitação dos padrões tecnológicos adotados pelas organizações monopolistas.

Para a autora, o "aparelho escolar" é um dos "aparelhos ideológicos do Estado", responsável por inculcar nos indivíduos, ao lado de outros "aparelhos", a ideologia dominante, e as escolas de Engenharia estão vinculadas aos interesses do "grupo social hegemônico", embora apresentem características específicas nos três períodos citados, o que permite

explicar o caráter da formação “técnico-ideológica” do engenheiro. A partir da análise do ensino de Engenharia desde a criação das primeiras escolas, no final do século XIX, até os anos 70, conclui que este sempre teve caráter elitista.

Kawamura conclui que a categoria não era, porém, homogênea. Os engenheiros que estavam em altos cargos desempenhavam o papel de “intelectuais orgânicos” da burguesia. Os que ocupavam posições subalternas, exercendo funções rotineiras e sem caráter de mando, tinham posições ambíguas como intelectuais, pois, no seu trabalho, aproximavam-se mais dos operários. Não obstante, as associações representativas pregavam a imagem de homogeneidade da categoria e a prática dos engenheiros, através delas, manifestava a sua posição de “intelectual orgânico” da burguesia. Assim, diz a autora, apesar desta bipolarização, o engenheiro, como categoria, assumiu o papel de “intelectual orgânico da burguesia monopolista”, por causa de sua formação e de sua prática social. Mas, nessa posição, sua prática social acelerou a bipolarização, acentuando a tendência à proletarização. “Ao mesmo tempo que ele contribui para a reprodução das relações de produção capitalistas, contribui para reproduzir as condições da tendência à própria proletarização.” (Kawamura, 1969, p. 31).

Durand, José Carlos G. *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado, 1972. Publicada em 1974 pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) — 5.ª Região.

Apresenta uma abordagem histórica da Arquitetura, dos seus primórdios até o início da década de 70, destacando os perfis de carreira de alguns arquitetos “notáveis” como Gregório Warchawhi, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os quais, segundo o autor, revelam aspectos fundamentais das condições sociais da prática da profissão. Para Durand, os valores sustentados por esses arquitetos operaram e continuavam operando como referência para os demais profissionais. Seu principal

objetivo é mostrar as condições que permitiram a diversificação da atuação do arquiteto no setor de serviços e refletir sobre as perspectivas ocupacionais deste profissional.

Conforme o autor, a profissão passou por profundas transformações nos anos 60. Uma delas foi o abandono gradativo — porém retardado em relação às outras atividades não-manuais — do padrão de trabalho liberal. Outra mudança foi a tendência dos órgãos de representação da categoria de adoção de uma política corporativa. Verificou-se, também, uma tendência à burocratização, pelo aumento do número de profissionais empregados nas grandes e médias empresas e pela exigência da especialização, além da redefinição do paradigma da Arquitetura, como consequência dessas modificações.

Em 1970, enquanto Durand realizava o seu estudo, foram criados três novos cursos de Arquitetura, aumentando significativamente o número de vagas. A previsão era que o número de formados cresceria bastante ao longo daquela década. A expansão do sistema de ensino levou a FAU/USP e a FAU/Mackenzie a atualizarem os seus currículos com novas especializações: urbanismo, desenho industrial, comunicação visual. Era uma perspectiva considerada “mais técnica”, uma nova concepção, negadora do arquiteto como profissional de luxo. A ênfase passou a ser a formação técnica, numa tentativa de atrair mais homens para os cursos, uma vez que a visão do arquiteto como artista e humanista estava atraindo muitas mulheres.

Entrevistas feitas com profissionais da área permitiram ao autor avaliar o sentido dessas alterações em suas condições de trabalho. Os mais pessimistas rejeitavam o assalariamento e uma série de tarefas consideradas indignas. Os otimistas tinham uma avaliação positiva de sua situação atual, apontando melhoras quando comparada com a anterior. Havia a percepção da necessidade de mudar a atitude perante o trabalho: o arquiteto não podia se manter na posição de artista.

Durand detectou quatro formas de organização da prática da Arquitetura: o ateliê de

projeto, simbolizando o êxito do arquiteto; a grande construtora, em que o profissional se subordina à lógica comercial e a uma hierarquia rígida; o planejamento urbano e o serviço público, caso em que o arquiteto é visto como um indivíduo que não obteve sucesso e se acomodou às tarefas burocráticas.

O autor verificou também que o ingresso do arquiteto na atividade estava se fazendo cada vez mais sob a forma do trabalho assalariado. Ele tinha como hipótese que só uma minoria, talvez 10%, conseguia praticar a atividade na condição de profissional liberal no Estado de São Paulo. A grande quantidade de assalariados era um indicador da ruína do modelo liberal.

Foram identificadas, finalmente, duas orientações entre os arquitetos. A mais antiga era “humanista e societária”: postulava que o arquiteto tinha como missão ser criador de cultura e ordenar o espaço urbano. Ele era visto como aquele que tinha capacidade de corrigir a anarquia da urbanização capitalista. Um artista, um humanista, preocupado em melhorar as condições de habitação na cidade. A orientação mais recente era “instrumental-tecnista”. As preocupações eram reservar o mercado de projetos para o arquiteto (luta travada juntamente com o engenheiro), melhorar a sua formação profissional e romper com a valorização extrema do lado criativo no ensino de Arquitetura. Enfim, uma visão que privilegiava a dimensão técnica como tipo ideal de Arquitetura.

Donnangelo, Maria Cecília F. *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*. São Paulo, Pioneira, 1975.

A autora trata das formas de participação do médico no mercado de trabalho, baseada em entrevistas com profissionais da Grande São Paulo realizadas em 1971. Donnangelo partiu da hipótese de que as profissões liberais passavam por um processo de perda de autonomia no mercado, e foi isso que ela tentou mostrar em relação aos médicos.

O estudo centra-se nas modalidades de trabalho do médico na condição de trabalhador especializado que participa do mercado e

se relaciona com o conjunto dos meios de produção de serviços de saúde. Enfatiza a heterogeneidade da categoria em termos de oportunidades de trabalho. Alguns aspectos da organização do setor de saúde são vistos como decorrentes da dinâmica das relações de classe na sociedade urbano-industrial brasileira. O trabalho discute também as origens e as características da atuação do Estado na assistência médica na área estudada e as ideologias ocupacionais. Especial atenção é dada ao papel do Estado no desenvolvimento da Previdência Social.

A autora distingue as categorias do médico (características ocupacionais) e do produtor privado (situação do profissional na produção dos serviços de saúde, situação do profissional no mercado). Para ela, o produtor privado, definido como aquele que conserva, total ou parcialmente, a propriedade ou o controle dos meios de produção, foi privilegiado com a interferência estatal na assistência médica. A situação do médico em relação ao controle dos meios de produção no setor era, então, heterogênea, indo do assalariado “típico” até os grupos empresariais.

Um dos mecanismos de preservação do setor privado, ou uma tentativa de reorganização desse setor, foi o deslocamento de parte dos recursos da Previdência Social para a medicina de grupo — uma alternativa, portanto, criada pelo Estado. A Previdência Social estabeleceu convênios com as empresas nos diversos setores da produção para a prestação de serviços médicos a seus empregados e dependentes. O Instituto Nacional de Previdência Social se comprometia a restituir 5% do valor do salário mínimo à empresa por empregado. A medicina de grupo ampliou-se tomando este modelo como base.

Segundo Donnangelo, a produção dos serviços de saúde e a situação do médico no mercado de trabalho redefiniram-se conforme avançou o processo de constituição da estrutura urbano-industrial da sociedade brasileira. A política estatal permitiu a ampliação quantitativa do setor. A coexistência de serviços de saúde estatais e privados foi responsável pela

diferenciação qualitativa. A consequência mais importante dessas mudanças foi a perda da autonomia do profissional, representada pelo controle individual sobre a clientela, os instrumentos e o preço do trabalho. A perda de autonomia correspondia ao assalariamento do produtor direto.

Dois outros fatores interferiram no mercado regional estudado. Um deles foi a grande oferta de mão-de-obra (significativa a partir de 1960) e o outro, o acesso a tecnologias e equipamentos necessários ao trabalho do médico. A categoria sofreu o impacto da incorporação de novas técnicas ao processo de produção dos serviços de saúde. Surgiram as especializações e o trabalho em grupo. A especialização significou a diferenciação entre produtores e a dependência entre especialistas. Como os equipamentos tornavam-se cada vez mais caros, a prática isolada foi sendo substituída pela grupal. Nesse processo, as dimensões dos hospitais tornaram-se importantes, bem como os equipamentos hospitalares de base técnico-científica. Verificou-se, em consequência, uma hierarquização entre os médicos especialistas e uma crescente padronização de procedimentos com relação aos clientes. E com isso, uma progressiva burocratização. À medida que o trabalho do médico passou a exigir equipamentos baseados em tecnologia mais e mais avançada, o trabalho sob forma grupal foi crescendo. Grande parte dos profissionais ficou sujeita a algum tipo de controle ou direção no seu trabalho. Segundo Donnangelo, essa tendência à burocratização deveria continuar ampliando-se. Por essa época, o assalariamento já dominava o mercado de trabalho dos médicos: 83% dos profissionais entrevistados tinham algum tipo de trabalho assalariado.

A autora também focalizou as ideologias sustentadas pelos médicos. Em particular, tentou apreender manifestações ideológicas de mudanças estruturais ainda recentes àquela época. Neste caso, enfatizou a distinção entre o médico como categoria profissional homogênea e como trabalhador especializado que ocupa posições diferenciadas no mercado.

Conforme observou, o conteúdo das ideologias ocupacionais dependia do sistema de referência da Medicina como profissão e dos modelos de organização do trabalho do médico na sociedade de classes.

Foram identificados três tipos de ideologia: liberal, empresarial e estatizante. A maioria dos entrevistados valorizava o trabalho autônomo e tinha concepções negativas sobre as condições de mercado da época. Mas o conteúdo dessas avaliações não era uniforme. Revelava distintas concepções sobre o significado do trabalho e mostrava que as diferentes expectativas e interesses a respeito da organização do mercado correspondiam às distintas situações dos médicos como produtores, ou seja, à situação em que se encontravam no mercado.

A autonomia era valorizada por todos como condição ideal de trabalho. Mas a autora observou diferenças nas expectativas dos profissionais sujeitos a diferentes condições de mercado. Os assalariados concentravam suas "definições de interesses" em aspectos relacionados à melhoria de suas condições de trabalho. Conforme se ampliava a área de atividade autônoma do médico, contudo, maior era a ênfase na profissão e na valorização da autonomia.

Falcão, Joaquim Arruda. *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/ Editora Massanguana, 1984.

O livro reúne artigos do autor produzidos entre 1977 e 1984. Foram selecionados, aqui, dois deles, correspondentes ao capítulo 5, "Mercado de Trabalho e Ensino Jurídico", e ao capítulo 7, "Os Advogados no Brasil".

Para Falcão, os advogados e os bacharéis (em Direito) — os quais, segundo ele, não podem ser reduzidos aos primeiros — não estão e nunca estiveram isolados de nossa história econômica, política e cultural. A crise ou o equilíbrio do ensino jurídico e do mercado de trabalho dessas categorias profissionais não deixam de estar associados à situação política e econômica, conjuntural e estrutural,

do país. Não se pode estudar esses temas fora de seu contexto.

No primeiro artigo focalizado, o autor diz que, embora fosse quase consenso entre os advogados o reconhecimento da existência de um desequilíbrio no mercado de trabalho — excesso de oferta sobre a demanda —, do final da década de 60 até o final dos anos 70 o número de estudantes de Direito dobrou. De cada dez universitários que se formavam no Brasil na época em que ele escreveu o artigo, um era advogado. Falcão quer explicar o porquê do crescimento da oferta (de bacharéis) para uma demanda (mercado) inexistente. Sua hipótese é que muitos bacharéis em Direito são absorvidos em atividades não-jurídicas.

Segundo ele, as faculdades de Direito surgiram no Brasil para formar a elite político-burocrática do Estado que se constituiu com a Independência. Formavam quadros para assegurar a sobrevivência política e administrativa do Estado. Os bacharéis, nessa época, exerciam atividades não-jurídicas, principalmente em órgãos públicos.

A grande expansão do número de faculdades de Direito a partir do final da década de 60 se deveu a dois fatores. Um deles foi a grande procura pelo curso universitário, já que o diploma de curso superior favorecia a obtenção de uma renda maior, demanda impulsionada pelo “Milagre Econômico”, que possibilitou à classe média urbana pagar um curso em faculdades particulares. O outro foi de caráter político: o governo possibilitou a expansão do número de vagas nas universidades e a expansão de faculdades particulares como forma de apaziguar a classe média, para que ela não colocasse em perigo o regime militar. Ao resolver esta crise, porém, criou outra: a falta de empregos para os formados.

No mercado de trabalho, os bacharéis foram de início absorvidos prioritariamente pelo Estado em atividades não-jurídicas, como vimos; em seguida, pelo Estado em atividades jurídicas; depois, pelo setor privado em atividades não-jurídicas; e em seguida pelo setor privado em atividades jurídicas. O padrão de 1827 (quando foram criadas as

primeiras faculdades de Direito) seguiu de forma modernizada. Segundo Falcão, as faculdades de Direito continuavam formando a “tecnocracia estatal”. O ensino jurídico não se havia especializado, mantendo-se abstrato, porque a sociedade assim o desejava.

No outro artigo, o autor diz que a ligação entre a Independência, a criação das faculdades de Direito e o surgimento dos “bacharéis” como profissionais nacionais resultou na consolidação de quatro características do exercício da profissão jurídica no Brasil: (a) os graduados em Direito desempenhavam atividades jurídicas e não-jurídicas; (b) essas atividades eram exercidas no setor público e no privado; (c) apesar da Advocacia ser uma profissão liberal, era o Estado que criava as faculdades de Direito e não a sociedade civil; (d) embora a profissão fosse comprometida com a ideologia liberal, ela poderia assegurar a liberdade política e a soberania da nação, mas não garantia a independência econômica.

O autor faz uma diferenciação entre os bacharéis (os que tinham diploma de Direito) e os profissionais de Direito (juízes, professores, promotores, advogados). A partir de 1930, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), só os que tinham diploma de Direito e que eram aprovados pelo exame da Ordem é que podiam exercer a Advocacia. Para Falcão, os advogados no Brasil nem sempre foram os defensores da liberdade mas sempre apareceram como tal, e a OAB soube trazer isso para si, consolidando uma autoridade moral.

De acordo com os dados reunidos pelo autor, referentes ao final dos anos 70 e início dos anos 80, os advogados trabalhavam em escritórios individuais, em sociedades de advogados, em departamentos jurídicos de grandes empresas e em instituições públicas e privadas. A grande maioria estava assalariada, sendo cada vez menor a proporção de advogados liberais, independentes, livres, e cada vez maior a quantidade de empregados vinculados aos interesses do empregador. Predominava o exercício de uma segunda atividade, jurídica ou não.

Outra conclusão do autor é que, embora dois terços da população não pudessem utilizar os serviços desse tipo de profissional, pois ganhavam até três salários mínimos, o mercado de trabalho do advogado já estava saturado. Além da existência de problemas internos ao Judiciário, que levavam a população a descrever dele, Falcão apontou problemas estruturais e conjunturais afetando o mercado de trabalho do advogado.

Loyola, Maria Andréa. *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde. São Paulo, Difel, 1984.*

O livro analisa os conflitos entre os diversos especialistas da cura do corpo e do espírito e suas relações com sua clientela, especialmente os moradores do bairro de Santa Rita, em Nova Iguaçu (RJ). O trabalho de campo foi realizado em 1977. As disputas entre as perspectivas científica e religiosa foram focalizadas inseridas na estrutura de classes, relacionando-se a posição social do entrevistado com o tipo de cura praticada, a sua vinculação com as crenças religiosas, a sua visão sobre a clientela e a sua imagem sobre as práticas concorrentes.

Loyola classificou como especialistas da cura do corpo os médicos, os farmacêuticos e os especialistas de ervas, cada qual vinculado a grupos sociais distintos e hierarquizados. Os médicos eram os que mais enfatizavam a relevância do conhecimento científico, em oposição às práticas de cura não-oficiais. Este contraponto também é feito em relação às práticas religiosas populares. Há, portanto, dois tipos de disputas: uma interna ao âmbito da cura do corpo e outra relativa à cura do espírito.

Os especialistas da cura do espírito foram classificados segundo a religião — a umbanda e o candomblé, o protestantismo e o catolicismo. Conforme a autora, além das diferentes posições que eles ocupam na estrutura social, os grupos que constituem a divisão interna no campo religioso aliam-se, por homologia, com os respectivos segmentos dos grupos da cura do corpo. Há, portanto, conflitos internos ao campo religioso e alianças com os segmen-

tos correspondentes às mesmas posições sociais no campo da cura do corpo.

Numa área de fronteira, mas marginal às duas acima, Loyola incluiu as parteiras e suas ajudantes, que atuavam sem concorrer com os médicos, embora desejassem alguma profissionalização para a atividade que desempenhavam. “Apesar desta prática estar classificada na categoria dos atos médicos que requerem hospitalização, ela continua sendo percebida pela clientela e pelas próprias parteiras como um ato natural, que se efetua, na maioria dos casos, segundo os ‘desígnios de Deus’ e na dependência da ‘sorte’.” (Loyola, 1984, p. 117).

A análise da frequência com que a clientela local procura as ofertas de cura acima revela uma opção prioritária pela prática médica familiar. Prefere-se recorrer primeiro aos conhecimentos da família e da vizinhança para a elaboração do diagnóstico e aos remédios que compõem a farmácia familiar, armazenada em casa a partir de doenças anteriores. “A população [...] cuida-se mais frequentemente por conta própria, recorrendo aos agentes tidos como capazes de exercer uma ação curativa somente depois de esgotar todos os conhecimentos terapêuticos familiares.” (Loyola, 1984, p. 170).

Segunda a autora, a procura da população pelas diferentes ofertas de cura tende a uma relativa homogeneidade, ou melhor, é uma procura heterogênea, em que não é possível identificar os fatores que condicionam a escolha dos moradores quando se verifica a sua origem social e geográfica, a sua idade, grau de instrução, prática religiosa ou terapêutica. “A dificuldade de visualizar com clareza um sistema de fatores explicativos das práticas terapêuticas da população de Santa Rita é devida, em grande parte, a fatores contextuais ou ao que chamamos de ‘efeito do bairro’: a ausência de recursos médicos, a grande solidariedade entre vizinhos, a pobreza em todas as áreas e a presença marcante dos agentes religiosos em concorrência fazem com que os comportamentos em matéria de cuidados com a saúde dos membros das diversas frações das

classes populares que formam a população do bairro tendam a uma relativa homogeneidade, ou a uma heterogeneidade relativamente homogênea.”

A filiação religiosa é uma variável mais forte para aqueles que são mais praticantes. Assim, os que foram socializados no espiritismo tendem a procurar a medicina oficial, devidamente recomendados por seus guias espirituais; os protestantes e os católicos eruditos tendem a recorrer primeiro ao médico, e o catolicismo popular tende a priorizar o rezador, partindo depois para a medicina oficial.

Em geral, a medicina oficial é procurada por todos, mas não de uma forma passiva. A relação médico-paciente é percebida como uma relação de poder exercida por toda a classe médica e não só pelo médico que está atendendo o paciente. Como observa Loyola, a população de Santa Rita não aceita tal domínio sobre suas práticas de saúde e faz oposição a isto na prática. “Ao mesmo tempo em que não rejeita e mesmo reivindica o acesso às terapias oferecidas pela medicina oficial, esta população pode — graças à existência dessa alternativa constituída pela medicina religiosa, mais próxima de suas representações do corpo e de sua relação com o mundo — subtrair-se parcialmente à imposição da visão do mundo das classes dominantes, veiculada pela medicina erudita, e contrabalançar a relação de dominação e de posseção de si mesma que resulta da prática médica oficial. Ela pode inclusive afirmar sua própria identidade e reivindicar um saber próprio sobre o corpo e a doença que chega mesmo a se contrapor às interpretações médicas dominantes.” (Loyola, 1984, p.194).

Marinho, Marcelo J. M. da C. *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões.* Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado, 1985.

O trabalho analisa o processo de profissionalização percorrido no Brasil pela Medicina, Advocacia, Engenharia, Farmácia, Enfermagem, Análise de Sistemas e a Sociologia, registrando o peso da intervenção do Estado no universo profissional brasileiro, regu-

lamentando essas atividades. Procura entender por que algumas profissões tiveram mais sucesso na conquista e na preservação de monopólios de competência do que outras. Sua hipótese é a de que o domínio de um conhecimento especializado desempenha papel fundamental para a obtenção de resultados positivos.

Estudando o processo de profissionalização das atividades acima, Marinho detectou algumas dimensões decisivas para garantir o sucesso dessa estratégia na experiência brasileira. Observou que três aspectos interagem para conferir às profissões liberais clássicas (Medicina, Advocacia e Engenharia) a condição de modelos a serem seguidos pelas demais: a base cognitiva garantindo o monopólio de um conhecimento especializado, a organização e as condições ambientais (como a natureza do serviço, o tipo de mercado, a clientela ou a produção dos produtores). Segundo ele, os dois primeiros fatores, que constituem a dimensão estrutural, foram mais relevantes e o último (a dimensão ambiental) atuou positivamente em alguns casos, mas não em todos.

Ao focalizar o mercado de trabalho, Marinho identificou o crescimento do número de profissionais assalariados em todas as atividades estudadas, caracterizando a predominância do processo de burocratização.

Outra perspectiva analisada foi a existência de áreas de conflito entre as profissões. Segundo o autor, o controle legítimo de cada uma delas sobre determinada esfera de conhecimento nem sempre é alcançado. “Na prática, entretanto, a delimitação deste controle é problemática e o mais comum tem sido a conquista de ‘monopólios de competência’ através de intensa atividade política.” (Marinho, 1985, p. 11).

Essas disputas entre profissões pelo domínio de mercados no Brasil introduziu o Estado como esfera de atuação importante, garantindo o direito exclusivo de cada profissão de usar ou avaliar certos campos de conhecimento e especialidades. Marinho (1985, p. 22) verificou que as ocupações que pos-

suem um conhecimento “paradigmaticamente orientado (isto é, formal e definido) tido como esotérico e suscetível de aplicação prática encontram menores dificuldades na conquista de seu monopólio de competência e, conseqüentemente, do ‘território profissional’ exclusivo”.

Comentando sobre o debate da época em torno da regulamentação da profissão de sociólogo, o autor opôs-se a esta idéia, caracterizando a Sociologia como “profissão acadêmica”, mais semelhante ao universo do cientista do que ao modelo das profissões liberais. Para ele, a profissionalização da Sociologia era desqualificadora, já que ela não preenchia todos os pré-requisitos para concluir com sucesso a estratégia profissional. Seu enfoque assemelha-se ao dominante na Sociologia da Ciência desse período: a condição acadêmica confere aos sociólogos mais prestígio social do que a profissionalização poderia oferecer a este grupo. Tal estratégia, que poderia favorecer os segmentos práticos da profissão, representava perda de *status* para os intelectuais.

Simões, Solange. “Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical”. *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, Anpocs, 1992, pp. 160-99.

Discute a problemática da classe média mediante o estudo dos engenheiros. Mostra que, com o novo sindicalismo inaugurado no final da década de 70 pelos metalúrgicos do ABC Paulista, nasce no país um novo tipo de sindicalista, “profissional” de nível superior, como os médicos e os engenheiros. Trata-se de um sindicalismo com novas “bases sociais”: trabalhadores da grande indústria, trabalhadores rurais e assalariados de classe média.

Nos últimos 20 anos, a posição histórica do profissional liberal tem correspondido cada vez menos à realidade das atividades de médico, engenheiro e arquiteto. Às mudanças estruturais e econômicas corresponderam mudanças na organização política e de classe desses profissionais. As transformações em suas condições de mercado e trabalho e na sua

organização político-sindical são abordadas através da análise de classes.

A autora rejeita visões “lineares” do processo de proletarização e visões que não consideram a existência dessa tendência. Segundo ela, os estudos marxistas e weberianos sobre profissionais falham porque consideram o grupo profissional como um grupo homogêneo. A homogeneidade do grupo, para os marxistas, é dada pelo fato de desempenharem funções relativas ao trabalho e ao capital; para os weberianos, pela posse de credenciais educacionais. Como conseqüência, esses estudos não apontam as divisões de classe existentes dentro do grupo ocupacional. Segundo a autora, é necessário buscar as condições objetivas das categorias ocupacionais da classe média nas divisões de classe que se verificam dentro do grupo, condição para se entender os vários padrões de organização, alianças e orientações políticas dessas categorias.

Uma questão observada é se a crescente “centralidade” das classes médias corresponderia à sua maior centralidade social e política. Foram levantados dados sobre os sindicatos de classe média. A hipótese investigada foi a de que “[...] as diferenças e as semelhanças em relação ao paradigma do operariado industrial se relacionavam com as características internamente contraditórias das posições de classe estudadas, o que levaria à existência simultânea de semelhanças e oposições de interesses entre assalariados de classe média e classe trabalhadora.” (Simões, 1992, p. 169).

O importante, para a autora, eram as divisões de classe dentro das categorias ocupacionais e até entre os assalariados. No seu trabalho sobre engenheiros, encontrou-os como empregadores, autônomos e em “posições contraditórias de classe” (gerentes, supervisores e não-gerentes). Observou, ainda, que no Brasil os “engenheiros militantes” chegaram ao poder em associações profissionais e também organizaram o movimento sindical da categoria com base nas divisões de classe. Ao mesmo tempo em que se organizavam em sindicatos (ênfase na sua condição

de trabalhadores assalariados), buscavam sua identificação como grupo profissional.

A autora conclui seu trabalho afirmando que embora haja tendências à proletarização, estas não estão transformando os engenheiros em proletários: “[...] engenheiros não são proletários nem pertencem a uma ‘nova classe média’.” (Simões, 1992, p. 175).

Barbosa, Maria Ligia de Oliveira. *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais.* Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado, 1993.

Estuda os engenheiros de Minas Gerais, escolhidos devido à sua importância histórica na produção de uma “nova forma de hierarquização dos grupos sociais”.

A primeira parte da tese procura mostrar a “constituição da profissão” de engenheiro e a “delimitação do seu espaço profissional”, o processo de formação desse espaço. A segunda discute as formas de “coesão das profissões como grupos sociais”: o que faz com que uma profissão possa ser considerada um grupo social, o que dá coesão ao grupo, apesar das diferenças internas à profissão (origens sociais, de gênero, especializações, carreiras).

Barbosa concebe as profissões como grupos sociais, como uma das formas de hierarquização, desigualdade e exclusão social, já que só os habilitados podem exercê-las. Apenas os que passam pelo sistema de credenciamento podem ser considerados membros do grupo profissional, exercer a profissão e aproveitar as oportunidades reservadas pelo mercado aos profissionais. Dessa perspectiva, desenvolve a ligação entre profissão e poder. Segundo ela, profissão é “um novo padrão de desigualdade no mundo moderno”, embora não seja o único existente. As profissões são grupos sociais caracterizados pela posse de capital cultural mas também “dialecticamente integrados” ao capital social e econômico.

Os engenheiros mineiros são estudados em sua “trajetória histórica”. Os projetos destes de modernizar a sociedade mineira e de sua profissionalização são vistos como projetos de “mobilidade social”. Eles lutam para

impor certo tipo de autoridade cultural e para instituir-se como grupo profissional.

Através da história desses profissionais, Barbosa procura mostrar como foi instituída uma nova forma de “estratificação social” ligada às profissões, e como, ao longo do tempo, a categoria foi sofrendo mudanças internas e em sua posição na sociedade. Esta história é marcada por três períodos.

O primeiro vai da criação da Escola de Minas de Ouro Preto até 1931, quando se iniciam as lutas que conduzem à profissionalização dos engenheiros. Usando os seus conhecimentos, estes passam a disputar o poder no interior da elite mineira, com um projeto de gestão da sociedade que visa à sua modernização. Tentam mostrar-se à sociedade como “cientistas” e portadores da “racionalidade científica”.

De 1931 a meados da década de 70, a Engenharia estabelece-se como profissão. Os engenheiros conseguem transformar em realidade o seu projeto para “gerir” a sociedade. A técnica, da qual são portadores, passa a ser vista como a solução para grande parte dos problemas.

Com a crise econômica e de mercado de trabalho que se inicia a partir de meados dos anos 70, cresce o número de diplomados, estabelecendo-se uma “diferenciação” e “hierarquização” entre os engenheiros. Além disso, há a concorrência com outros profissionais, principalmente economistas, que têm uma outra visão e um outro projeto para a sociedade. A autora observa que, em sua disputa com os engenheiros, os economistas têm conseguido obter maior poder, perdendo, aqueles, a “posição no espaço social” que haviam conquistado plenamente no período anterior, especialmente pelo nível de poder alcançado. Segundo Barbosa, conforme a estrutura ocupacional torna-se mais complexa, as posições dos diferentes grupos profissionais na “hierarquia social” são alteradas. Há mudança nos graus de poder, prestígio e renda de cada um.

A autora está preocupada com as formas de “coesão das profissões como grupos so-

ciais”. Ela mostra que entre os engenheiros mineiros há diferenças referidas a idade, sexo, setor de trabalho, especialidades, diferenças de formação e de carreiras, mas que, apesar da diversidade interna à profissão, ela se preserva coesa ou pode ser considerada “um grupo social” devido à “[...] existência de representações coerentes do mundo social e do grupo profissional que são partilhadas pelos seus membros e validadas pela sociedade em geral” (Barbosa, 1993, p. 279). A coesão se dá também no enfrentamento de outros grupos que igualmente lutam por seus princípios organizativos da vida social.

Grün, Roberto. “Quem É Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas dos Gerentes Brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 8, 1992, pp. 96-108.

Estudo sobre os gerentes brasileiros baseado em entrevistas com profissionais integrantes da seção paulista de quatro associações de executivos, bem como com executivos que não estavam filiados a elas.

Considerando que os executivos pertencentes às organizações ou associações de executivos não possuíam diplomas avaliados como de “primeira linha” (da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, da Escola Politécnica ou da Faculdade de Economia e Administração da USP), o autor observa que a sua participação nessas associações pode ter sido um meio por eles encontrado de tentar recuperar deficiências na formação escolar, de obter legitimidade no “campo gerencial” e de alcançar posições mais elevadas.

Apesar das diferenças, para os dois grupos de entrevistados a competência profissional foi considerada essencial, o critério mais relevante, que substitui inclusive o da propriedade privada dos meios de produção. O padrão legítimo seria aquele que reúne a propriedade e a competência para administrar os negócios.

Segundo Grün, essa forma de os executivos ou gerentes verem a realidade influencia as próprias sucessões burguesas: o herdeiro mais legítimo é o que tem formação e compe-

tência para dirigir o grupo. A competência profissional é central para se ascender socialmente e leva-nos à questão da formação escolar, já que aquela deve ser adquirida na escola. Os investimentos na formação escolar tornam-se, portanto, importantíssimos. A idéia de competência profissional não fica restrita ao campo gerencial; ela influencia o mundo burguês e a própria sociedade civil. A imprensa e a opinião pública querem, acima de tudo, governos competentes.

O autor conclui que, no imaginário da sociedade brasileira, a figura do empresário não se consolidou. Nos meios empresariais e na imprensa, confundem-se os termos “executivo” e “empresário”. Os entrevistados têm expectativas de que, em um futuro próximo, consigam independência financeira. A idéia de “gerência profissional” como a melhor forma de dirigir uma empresa é marcante entre os gerentes, influenciando toda a sociedade. Para eles, também, ascender socialmente implica investir na formação escolar, e não apenas acumular capital econômico.

Schwartzman, Simon e Balbachevsky, Elizabeth. *A Profissão Acadêmica no Brasil*. São Paulo, NUPES/USP, mimeo, maio de 1992.

Segundo os autores, um dos efeitos da reforma do sistema de ensino superior brasileiro de 1968 foi a criação de uma “profissão acadêmica” no Brasil. A idéia de uma “profissão acadêmica” no Brasil, afirmam, é algo recente, e tem origem com o surgimento das “universidades de massa”, cujos professores fazem do trabalho universitário sua identidade central. Até então, os professores universitários se identificavam com a sua profissão de origem (médico, arquiteto etc.) e não como professores universitários.

Separando a a profissão acadêmica das demais, os autores identificam no grupo de professores universitários três tipos de profissionais, assim definidos: “[...] o primeiro, minoritário mas encarnando o ideal de uma universidade reformada e progressista, é o professor pesquisador e cientista, intelectualmente bem formado, gerador de conhecimen-

tos novos. [...] Para este grupo, a identidade profissional passa por suas áreas de competência e especialização, e sobretudo pela identificação com uma ética de trabalho baseada na *competência individual e na liberdade de escolha dos seus temas de ensino, pesquisa e reflexão*, um estilo que ficou conhecido, precisamente, como 'acadêmico'." (p. 3).

O outro grupo é formado pelo professor "[...] pouco valorizado e motivado, obrigado a multiplicar suas aulas para garantir seu salário no final do mês, ou fazendo do ensino um 'bico' sem maior relevância, que vai ocupar aos poucos a periferia do ensino superior em expansão, em escolas isoladas e privadas, na maioria noturnas, sobretudo nas áreas de Administração e Ciências Sociais. [...] Não existem padrões profissionais definidos, identidades sociais construídas para dentro ou para fora, conhecimentos específicos e estilos de trabalho próprios [...]. O terceiro grupo, intermediário, é formado pelo professor universitário que consegue um lugar estável e de tempo integral em uma universidade pública, mas não tem as condições de formação e desempenho profissional do primeiro grupo. É possível imaginar que seus valores e sua ideologia de trabalho sejam os acadêmicos, mas sua prática inevitavelmente será diferente. [...] Sua identidade profissional é dada [...] pelo pertencimento à instituição ou categoria a que pertence [*sic*], pelo grupo de iguais com quem convive no dia a dia." (p. 4).

Tomando o grau de profissionalização dos professores universitários como referência, os autores constroem uma tipologia relacionando estes três grupos distintos de profissionais com o tipo de estabelecimento onde trabalham. "Nas instituições privadas e nas estaduais fora de São Paulo predominam os professores em tempo parcial, sem estabilidade, com baixa especialização acadêmica, dando grande número de aulas e prestando serviços ao setor privado. [...] [São o] proletariado acadêmico [...]. Nas instituições públicas federais predominam os professores de qualificação média, estáveis, de tempo integral, com grande envolvimento com atividades sindi-

cais, e produção científica relativamente pequena. O terceiro grupo, mais freqüente na universidade paulista, mas também presente em outras instituições, é formado por professores mais qualificados, envolvidos em pesquisas com financiamento próprio, com pouca participação sindical e grande envolvimento com associações acadêmicas no país e no exterior." (Schwartzman e Balbachevsky, 1992, p. 19).

Este último grupo é considerado o "modelo" da profissão acadêmica, embora corresponda a uma pequena parte dos professores e esteja presente em poucas instituições. Segundo os autores, vai continuar a ser um grupo restrito. Neste sentido, concluem que os professores universitários encontram-se em situação de "profissionalização imperfeita" e que seria mais adequado fortalecer o vínculo entre os professores e suas profissões de origem, ao invés de esperar que a sua profissionalização se complete.

Bonelli, Maria da Glória. *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado, 1993.

Analisa as Ciências Sociais no interior do sistema das profissões, ou seja, no conjunto das profissões de nível universitário. O objetivo é entender como as Ciências Sociais desempenham seu trabalho no sistema profissional, mais particularmente, como enfrentam a competição com as profissões "vizinhas", com as quais disputam objetos de estudo, vagas no mercado, formas específicas de abordar a realidade, bem como regulamentações determinando o monopólio do exercício da atividade. A este tipo de competição Bonelli chama de "competição interprofissional". Segundo ela, existe também uma competição interna à profissão, entre os sociólogos que trabalham com pesquisa de mercado, mídia ou como professores universitários e os que trabalham nas áreas de planejamento e de intervenção social, à qual dá o nome de "competição intraprofissional". Na visão da autora, com este modelo, em que interagem as pers-

pectivas micro e macro, é possível observar melhor as diferenças e semelhanças das Ciências Sociais com as demais profissões.

A tese mostra que não há muita diferença entre a situação da Sociologia nos mercados de trabalho brasileiro e americano quando a profissão é analisada inserida na estrutura ocupacional do respectivo país. A diferença se acentua, porém, quando a profissão é descontextualizada, embora haja diferenças históricas na forma como surgiram, como foram desempenhadas e nos seus grupos profissionais. Ou seja, o sistema das profissões tem uma lógica própria.

Bonelli analisa as Ciências Sociais nas suas relações externas com as outras profissões e nas suas relações internas com seus próprios segmentos. Mostra como elas surgiram e se desenvolveram historicamente no Brasil. Para a autora, é importante estudar a profissão dentro de seu contexto histórico. É a articulação entre as perspectivas externa, interna e histórica que permite captar a lógica das Ciências Sociais no Brasil.

Na segunda parte da tese ela faz uma análise qualitativa, recorrendo às entrevistas e depoimentos dos informantes. Esse material lhe possibilitou entender como os formados em Ciências Sociais interagiam, dando vida ao sistema das profissões.

Os informantes foram classificados como integrantes do "palco" ou da "audiência" das Ciências Sociais, de acordo com a forma como eles mesmos se viam como profissionais. No que a autora denominou de "palco" foram incluídos aqueles que atuavam no fazer da profissão no mercado de trabalho, os que se viam como sociólogos e se identificavam como tal; na "audiência", os que disseram não se identificar com a atividade, embora, segundo Bonelli, a "audiência" também cumpra papel importante para o funcionamento da profissão, atuando na sustentação do "palco". Os discursos sobre as Ciências Sociais como profissão apresentaram-se relacionados com a posição que o indivíduo ocupava na competição intra ou interprofissionais.

Bonelli mostra que o desenvolvimento

de carreiras e trajetórias profissionais não é uma "opção" individual, mas uma "opção" condicionada socialmente. A interação profissional se daria em três níveis: no nível das trajetórias profissionais dos indivíduos, no nível do sistema das profissões, e no nível das relações com o mundo exterior (o Estado, o contexto econômico ou os avanços tecnológicos).

Uma Análise Interpretativa do Desenvolvimento dos Estudos Profissionais na Sociologia Brasileira

Como vimos acima, os estudos sobre profissões realizados no Brasil com o objetivo de sistematizar a produção existente sobre o tema tiveram início em 1963, com o trabalho de Oracy Nogueira. Este autor preocupou-se em focalizar o que era considerado por ele como a problemática da época: a "institucionalização" de algumas profissões que estavam perdendo sua condição liberal e enfrentando dificuldades na preservação de atributos profissionais como a autonomia, o controle do mercado e as condições do exercício de sua atividade. O fenômeno que preocupou Nogueira e que ele denominou de "institucionalização" também havia mobilizado Luiz Pereira, que aprofundara seu olhar sobre o magistério para estudar o seu processo de "proletarização".

Diferentemente de Nogueira, este último autor apresentava uma visão dicotômica da sociedade, polarizada entre burgueses e proletários. Embora considerasse os professores primários como pertencentes à classe média, Pereira apontava para a proletarização da categoria com o desenvolvimento urbano-industrial. Sua concepção bipolar da estrutura da sociedade molda seu estudo sobre os professores primários. Mesmo registrando os aspectos motivacionais pelos quais as professoras procuravam diferenciar-se da classe operária e identificar-se com os segmentos médios profissionais, a tendência observada no tipo de estrutura social analisada foi a da proletarização.

Na produção brasileira do período, os enfoques de Nogueira e Pereira representaram

os dois pontos de partida para a constituição da área de estudos profissionais. Embora partissem de posições distintas na forma de conceber a problemática profissional, ambos aceitavam trabalhar com o conceito de profissão, sem questionar seu significado. Na época, os questionamentos recaíam sobre o fenômeno em si, como se ele não estivesse se verificando aqui de acordo com o estabelecido pela definição.

O trabalho de Kawamura segue esta tendência, que reflete o contexto da produção intelectual e o grau de conhecimento acumulado sobre as profissões naquele período. Ela estudou os engenheiros utilizando o conceito de "intelectual orgânico" de Gramsci. Como intelectuais orgânicos da burguesia, conclui, os engenheiros trabalhavam para a manutenção do modo de produção capitalista e da dominação burguesa. Sua perspectiva analítica, no entanto, trouxe uma novidade em relação às anteriores: mostrou que havia uma diferenciação no interior da categoria entre os que exerciam "funções de mando" e os que executavam atividades próximas dos trabalhos manuais. Assim, ao mesmo tempo que os engenheiros atuavam como "intelectuais orgânicos da burguesia", aceleravam a "bipolarização" dentro da categoria e ajudavam a reproduzir as condições da própria proletarianização.

Como Pereira, Kawamura tem uma visão dicotômica da sociedade. Sua preocupação é mostrar como os engenheiros se constituem em intelectuais orgânicos da burguesia e como agem nessa condição. A posição ocupada no sistema de produção é o aspecto decisivo. Contudo, seu olhar se distancia da forma como Pereira analisa o problema profissional quando ela introduz a perspectiva da polarização dentro da categoria, deixando de enfocá-la como um fenômeno integrado e unitário.

Esses dois trabalhos são ilustrativos de uma concepção sociológica que vinculava as profissões com uma tendência a virem a aderir a um dos dois blocos polares da sociedade: a burguesia ou o proletariado. A diferença entre eles está no fato de Kawamura trazer para o campo da produção brasileira sobre o tema a

possibilidade de uma profissão deixar de ser vista como um grupo homogêneo sujeito à mesma condição, embora isto apareça apenas como uma sinalização discreta em seu modelo analítico.

Essa mudança lenta no olhar ganha maior espaço nos trabalhos de Donnangelo, Falcão e Durand. Além de identificarem as profissões como internamente diversificadas, estes autores enfatizavam uma concepção segundo a qual elas buscavam a constituição de arenas próprias na estrutura social brasileira, com interesses que poderiam caracterizar uma imagem mais estratificada da sociedade, diminuindo a ênfase na percepção bipolar das relações sociais.

A identificação da perda de autonomia, do aumento na burocratização das atividades, da deterioração nas condições de exercício profissional e da queda no número de profissionais liberais assemelha-se à preocupação identificada em Nogueira. Embora as análises desses autores se diferenciem umas das outras, nos aspectos apontados elas permitem um agrupamento comum. Registram fatores que caracterizam alguma desprofissionalização, mas não vinculam isto a um processo de proletarianização.

Donnangelo estudou as formas de participação do médico no mercado de trabalho, registrando a sua perda de autonomia e crescente burocratização (já que as atividades estavam sendo realizadas cada vez mais nos grandes hospitais e clínicas). Conforme observou, as diferentes situações de mercado dos médicos influenciavam de formas distintas o seu posicionamento em relação à profissão, à autonomia profissional ou à melhoria das condições de trabalho.

A autora procurou articular uma concepção que preservava a polarização da sociedade mas acentuava uma noção mais estratificada. A análise sobre os médicos sugere uma imagem de sociedade ao menos tricotômica, em que eles aparecem como grupo intermediário, com interesses distintos daqueles da burguesia e do proletariado. Seu olhar voltou-se para o próprio grupo, para como atuam no

mercado de trabalho, para sua situação em relação ao assalariamento, ao exercício liberal típico ou atípico, ao empresariamento da atividade e às formas compostas decorrentes das anteriores, para as suas avaliações subjetivas e suas ideologias profissionais. A determinação econômica não é o central no enfoque, embora as determinações estruturais sejam consideradas importantes, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado. Para a época, a análise de Donnangelo era uma das que melhor identificava o processo de estratificação interno às profissões de nível superior.

No estudo de Falcão sobre os advogados, vemos que estes e os bacharéis sempre estiveram ligados à nossa história econômica, política e cultural, e que o mercado de trabalho e o ensino jurídicos não caminham de forma independente, estando associados à política e à economia, tanto na perspectiva conjuntural quanto estrutural.

Os bacharéis em Direito, e dentre eles os advogados, aparecem como um grupo que exerce atividades ligadas ao Estado desde a criação das escolas de Direito de Olinda e de São Paulo, logo após a Independência. Apesar dessa ligação com o Estado, formam um grupo separado da burguesia e do proletariado e se firmam como um segmento médio. Falcão enfatiza também a diferenciação interna à profissão. Sua imagem do corpo profissional reflete a percepção de que eles constituem um grupo estratificado e heterogêneo, embora esta diversificação seja classificada em apenas dois aspectos: quanto ao setor (público ou privado) e quanto ao fato de a atividade ser ou não jurídica. Há, portanto, a construção de uma tipologia de quatro subgrupos, mantendo agrupadas ocupações com estruturas de carreira distintas, como as de juiz, promotor e advogado de órgão público. Seu enfoque reproduz a força da profissão, que consegue preservar a obrigatoriedade do mesmo título superior e da mesma estrutura corporativa para todas estas carreiras na área do Direito.

Durand faz uma abordagem histórica da Arquitetura. Mostra a existência de duas orientações entre os arquitetos. Na mais anti-

ga, o arquiteto é visto como artista e humanista, ligado à arte e com capacidade de corrigir os “problemas” causados pela urbanização capitalista. Na mais recente, o arquiteto mostra-se preocupado em reservar o mercado de projetos para si (juntamente com o engenheiro), em melhorar o ensino e em enfatizar o lado técnico como o tipo ideal de Arquitetura. Poucos entram no mercado de trabalho como liberais; quase todos entram como assalariados.

Seu trabalho analisa o grupo internamente, em sua heterogeneidade. Os arquitetos são apresentados como membros do segmento médio da sociedade que tentam se firmar como tal, e não em função da burguesia ou do proletariado. A perspectiva de Durand é crítica em relação ao conteúdo ideológico do conceito de profissão, questionando este ponto de partida analítico.

Nestes três últimos estudos pudemos observar como as profissões começam a ser focalizadas como grupos heterogêneos e como se consolidam como um espaço intermediário na hierarquia social. Nas resenhas dos trabalhos de Nogueira, Pereira e Kawamura registramos um destes aspectos, mas é no segundo grupo de trabalhos que ambos os aspectos — a diversificação interna das profissões e a consolidação dos segmentos médios profissionais, fenômenos que estavam se intensificando na sociedade brasileira — se articulam.

A abordagem de Loyola sobre a prática médica diferencia-se daquelas que tipificam a produção da Sociologia das Profissões. A adoção de uma perspectiva que toma a fronteira entre ciência e religião como a constituição de um campo de conflitos sociais relacionados com a posição dos grupos na estrutura de classes, leva a autora a ver o problema profissional como manifestação de lutas classificatórias na hierarquia social brasileira, como um indicador de um tipo de conflito nas relações sociais. O problema profissional perde especificidade em seu olhar e ganha a dimensão da luta entre classes distintas ou entre grupos hierarquizados na estrutura social brasileira.

Loyola identifica dois âmbitos de competições: as disputas internas ao universo da cura do corpo, mais vinculado ao mundo profissional, e as disputas entre ciência e religião. Essas duas dimensões refletem a estratificação social tanto no campo científico quanto no religioso e reproduzem as segmentações da sociedade como um todo. Seu estudo submete a lógica profissional à posição social de seus praticantes. Ao focalizar a medicina oficial e a forma como os médicos se relacionam com os demais praticantes de curas e com sua clientela, a ênfase da autora recai na posição que cada um deles ocupa na estrutura da sociedade. Seu interesse principal é analisar as relações sociais. As práticas de cura do corpo e do espírito materializam os conflitos inerentes a tal estrutura social e condicionam as relações entre os médicos, os curandeiros e a clientela.

A perspectiva da autora foi inovadora nos estudos brasileiros sobre o tema porque dimensionava um campo de disputas que extrapolava as fronteiras formais de uma profissão, determinadas pela divisão disciplinar ou pelo sistema de credenciamento. Sua abordagem associou a estratificação interna das práticas da cura do corpo a uma hierarquização das práticas da cura do espírito, constituindo um campo de relações sociais, independente do acesso ou não ao diploma superior. Entretanto, a amplitude de visão adotada e a forma como o objeto estudado foi construído levaram a uma diminuição da percepção do processo de diferenciação interna da medicina oficial.

O estudo de Marinho retoma as abordagens mais características da Sociologia das Profissões. Traz, contudo, um olhar novo ao evidenciar a existência de conflitos entre as profissões de nível superior, ou seja, intra segmentos médios da hierarquia social, pelo monopólio de áreas do conhecimento e de exercício profissional. Além de reconhecer a existência deste espaço social, com interesses próprios, o autor transferiu a luta e o conflito para dentro das classes médias profissionais. Em sua análise, o Estado brasileiro aparece

mediando esse conflito através de sua força e capacidade decisória. Enfim, uma imagem das profissões liberais bem diferente daquela vigente na bibliografia anglo-saxã da época, segundo a qual a autonomia, o controle e a definição interna de seus problemas tipificavam a força que as profissões possuíam para diferenciar-se das ocupações.

Os trabalhos da década de 90 acentuam a visão estratificada da estrutura social, estratificação que se multiplica no mundo profissional, seja entre as profissões, seja no interior de cada uma delas. Esta tendência pode ser observada tanto em análises de caráter marxista quanto nas demais.

O artigo de Solange Simões reintroduz a problemática da relevância do econômico e do estrutural na análise das classes médias profissionais. Mostra a presença dos profissionais de nível universitário assalariados no movimento sindical a partir do final da década de 70. Sua análise parte da perspectiva de classe e sua ênfase recai na produção. A autora rejeita tanto as visões que simplesmente apontam para a proletarização desses profissionais quanto as que não consideram essa possibilidade. O essencial para ela são as diferentes "posições de classe" no interior da categoria ocupacional. O importante é a diferenciação dentro da categoria. Entre os engenheiros que estudou ela encontrou autônomos, assalariados e engenheiros em "posições contraditórias de classe", ou seja, gerentes, supervisores e não-gerentes.

Sua análise é de classe, o econômico e o estrutural são determinantes, mas a visão estratificada está presente. Reconhece o espaço dos segmentos médios na sociedade e dá destaque à diferenciação dentro do grupo estudado. Não considera a categoria como um grupo homogêneo que está ao lado da burguesia ou caminha "linearmente" para a proletarização, mas como um grupo que abrange os que estão em vias de se proletarizar, os que exercem alguma atividade de mando e os que estão em posições contraditórias entre o capital e o trabalho.

Barbosa focaliza os engenheiros minei-

ros de uma abordagem contraposta à de Simões. Seu olhar vai contra a determinação econômica, mostrando a profissão como uma nova forma de estratificação social e os grupos profissionais, como grupos de poder dentro da sociedade. Neste aspecto, sua análise assemelha-se às de Loyola e Marinho. Os engenheiros, baseados em sua "autoridade cultural", apresentam suas idéias como as melhores para a sociedade, ao mesmo tempo em que tentam se constituir como grupo profissional.

Esta forma de conceber os grupos profissionais, como grupos de poder, enfatiza a relevância que o "capital cultural" adquire para eles. Os engenheiros de Minas Gerais são vistos como um grupo social lutando por uma "fatia" de poder na sociedade, envolvido num projeto coletivo de ascensão social. Constituir-se como grupo profissional faz parte desta estratégia. Contudo, os resultados positivos alcançados em um contexto sofreram derrotas em outro, com o crescimento do poder dos economistas, grupo que tem um novo projeto para a sociedade.

Grün, estudando os gerentes paulistas, dá maior importância à representação simbólica. Observa como, no campo gerencial, a valorização da competência profissional se consolida, e que isso não se restringe ao mundo dos gerentes, influenciando a própria sucessão dos herdeiros nos grupos empresariais. Hoje, o herdeiro mais legítimo é aquele que tem competência e que está preparado para assumir os negócios, criando-se, assim, um novo padrão de "patrão legítimo": aquele que tem competência e propriedade. É a valorização do capital cultural juntamente com o capital econômico. Segundo o autor, a idéia de competência atinge não só os empresários, mas toda a sociedade civil. A imprensa e a população pedem governos profissionais. Os gerentes conseguem levar a idéia de competência ao mundo burguês e à sociedade civil. O importante nesta análise é a ênfase na capacidade do simbólico de criar diferenciações sociais concretas.

Schwartzman e Balbachevsky, por sua vez, vêem os professores universitários como

uma profissão, diferentemente da concepção dominante na bibliografia da Sociologia das Profissões. Nesta literatura, predomina a visão de que cada profissão possui no seu interior um segmento acadêmico voltado para a formação e reprodução de seu corpo profissional, assegurando a obrigatoriedade do diploma como um dos fatores para a garantia do monopólio e a distinção entre profissão e ocupação. Segundo os autores, há no Brasil uma profissão acadêmica interna ao meio universitário e separada das demais atividades profissionais voltadas para o exercício prático no mercado. Além de traçarem este corte que separa o meio acadêmico do setor aplicado das profissões, eles dividem os professores universitários em três grupos com graus diferentes de profissionalização.

A preocupação observada neste trabalho já está bem distanciada daquela verificada nos estudos anteriores a 1985. As problemáticas da determinação do econômico, do espaço próprio das classes médias profissionais, da desprofissionalização e perda das características liberais cedem lugar a uma perspectiva que identifica como profissão a atividade assalariada, burocratizada, vinculada ao Estado, mas capaz de preservar o controle sobre a distribuição de diplomas universitários, via monopólios de saber, e de definir seus próprios problemas e áreas de conhecimento especializado, garantidos pela autonomia interna, pela qual somente os *experts* avaliam seus pares. Tal visão traz a segmentação profissional para dentro do meio acadêmico, tratado até então como mais homogêneo, refletindo o processo de diferenciação social decorrente do maior grau de estratificação nas classes médias profissionais.

Este debate tem uma característica distinta do anterior, que se centrava nos problemas atingindo as profissões-modelo. A análise da atividade acadêmica coloca a discussão na fronteira dos campos da Sociologia da Ciência e da Sociologia das Profissões, já que o objeto é disputado pelo enfoque de ambas as especializações. No olhar de Marinho esta disputa aparece favorecendo a Sociologia da

Ciência. Em Schwartzman e Balbachevsky, ela oscila entre os dois campos de conhecimento, e em Bonelli a balança favorece o enfoque predominante na Sociologia das Profissões.

A tipologia que Schwartzman e Balbachevsky fazem da estratificação na profissão acadêmica não capta as disputas internas ao campo, como ilustrado na análise de Loyola. Os três segmentos por eles identificados vivem intensa luta classificatória, na qual os que obtêm pontuações mais baixas buscam negar, na prática, a legitimidade da posição daqueles que estabelecem tais avaliações. Embora os autores tratem a questão como um fato já decidido, ela pode ser vista como um processo de lutas e conflitos intraprofissionais em constante disputa.

Bonelli, uma das autoras deste ensaio bibliográfico, estuda os cientistas sociais no interior do sistema das profissões. Sua abordagem inclui tanto o olhar de Marinho, enfatizando o conflito entre as profissões, quanto o daqueles que apontam a estratificação dentro das profissões. O sistema das profissões articula a perspectiva micro da competição intraprofissional com a macro, da competição interprofissional. A noção sistêmica mais característica da perspectiva funcionalista é criticamente revista com a introdução da análise histórica, da concepção interativa na relação entre os profissionais e as profissões, e do reconhecimento da existência de fatores externos a este universo, que também são capazes de promover mudanças em seu interior, como é o caso quando há avanços tecnológicos, ou em função da ação do Estado ou de outros atores coletivos representando interesses distintos.

No modelo que utiliza, o meio acadêmico é visto como um segmento interno a cada profissão, e não como uma outra profissão. Este recorte identifica o poder profissional na manutenção do privilégio de monopolizar para algumas atividades a qualificação de nível superior, de controlar seu processo de credenciamento e sua capacidade de montar seus próprios quebra-cabeças científicos e in-

telectuais, bem como de decidir se eles estão sendo solucionados ou não.

Por meio dos estudos aqui comentados, procuramos mostrar como se desenvolveu o olhar analítico sobre as profissões na produção sociológica brasileira. Os primeiros enfoques concebiam as profissões como grupos internamente homogêneos e se preocupavam com a sua desprofissionalização ou proletarianização. Estes enfoques caminharam no sentido de reconhecer a existência de espaços próprios para as classes médias profissionais, que se consolidam na hierarquia social do país, e de gradualmente identificar a heterogeneidade dos grupos profissionais. Concomitantemente a este processo, observa-se o questionamento dos conteúdos ideológicos do conceito de profissão, a identificação das estratégias profissionais de usurpação de poder e prestígio, a ênfase nos seus aspectos simbólicos e o reconhecimento da relevância do capital cultural no mundo empresarial e na sociedade como um todo. Os conflitos que no início do período analisado eram vistos como externos ao meio profissional migram radicalmente para o seu interior. A proliferação dos segmentos profissionais em todos os estudos focalizados evidencia a crescente estratificação da estrutura social brasileira nesses últimos 30 anos.

Além das mudanças na sociedade brasileira, outros fatores condicionaram esse desenvolvimento dos enfoques sobre as profissões. Um deles, que nos interessa destacar, é a influência da bibliografia internacional da Sociologia das Profissões, que já vinha seguindo uma tendência semelhante à apontada aqui. O volume desta produção cresceu e diversificou-se tanto nos países anglo-saxões quanto fora deles, multiplicando-se as suas vertentes e consolidando-se a especialização.

Conclusões

Neste balanço da produção das Ciências Sociais brasileiras sobre as profissões de nível superior realizada entre 1960 e 1994 foram catalogados 144 trabalhos: 5 anteriores a 1970, 11 entre 1970 e 1974, 12 entre 1975 e

1979, 25 entre 1980 e 1984, 52 entre 1985 e 1989, 37 entre 1990 e 1994 e 2 sem data.⁴

O momento de maior produção no Brasil coincidiu com o período de intensificação das greves dos setores de classe média, que fervilharam em 1985 e 1986. A busca de uma explicação sociológica para o fenômeno articulou-se com as preocupações concretas com a perda de prestígio profissional, com a queda no padrão de vida e com o assalariamento das profissões de nível superior. Os estudos sobre greves neste período ressaltam que os principais atores desses movimentos foram os funcionários públicos, principalmente nos setores de saúde e educação, o que engloba médicos e professores.⁵

As análises posteriores voltam-se mais para a intensificação do processo de estratificação intra ou interprofissional, que pode ter-se aguçado nessas experiências anteriores. A

diferenciação intragrupos, o peso das disputas classificatórias, a relevância do capital cultural e do simbólico, a usurpação e o monopólio do saber são preocupações intelectuais que se expandem muito nesse último período.

Hoje, já não é mais o temor pelo fim da profissionalização ou a denúncia de seus privilégios que norteiam as investigações. Há um reconhecimento de que, apesar das suas estratégias de dominação ou do seu processo de assalariamento, as profissões consolidaram sua relevância e sua posição na estrutura ocupacional, tornando-se um objeto de estudo permanente, nos contextos de crise ou não. Cabe às Ciências Sociais investir na montagem dos quebras-cabeças teóricos sobre o tema, de modo a buscar suas soluções.

*(Recebido para publicação
em julho de 1995)*

Notas

1. O trabalho de Luiz Pereira trata do magistério primário com um enfoque profissional, embora esta seja uma atividade que não tem o curso superior como pré-requisito. A inclusão deste trabalho justifica-se porque ele difunde no Brasil a perspectiva desta especialização na Sociologia e porque, indiretamente, lida com o problema da definição das fronteiras do mundo profissional.
2. A compilação de referências bibliográficas priorizou a biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e as bibliotecas centrais da UFSCar, da Unesp de Araraquara e da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP. O levantamento da produção de teses e dissertações evoluiu, além dessas escolas, o acervo do Iuperj, do IFCS/UFRJ, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMG e da UFSC.
3. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Anpocs); *Dados* (Iuperj); *Novos Estudos* (Cebrap); *Tempo Social* (Departamento de Sociologia da USP); *Revista de Administração de Empresas* (Fundação Getúlio Vargas); *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (Anpocs) e *Ciências Sociais Hoje* (Anpocs).
4. Em 1995, após a realização desta análise, foram concluídos ou divulgados outros 11 trabalhos sobre as profissões no Brasil. Embora eles não tenham sido objeto de estudo aqui, todos foram incluídos na bibliografia em anexo. Há, portanto, 155 títulos relacionados na bibliografia organizada por profissões.
5. Os dados sobre os movimentos grevistas deste período estão disponíveis em Bonelli (1989).

Bibliografia
Organizada Segundo a Profissão

Administração e Gerência:

- Betioli, Maria Irene Stocco e Tonelli, Maria José
1991 "A Mulher Executiva e Suas Relações de Trabalho". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 31, n. 4, out.-dez., pp. 17-33.
- Caldas, Miguel Pinto
1992 *Carreira e Mobilidade de Executivos (1988-1991): Pesquisa de Executivos em Processo de Demissão e uma Contribuição ao Estudo do Outplacement no Brasil*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Covre, Maria de Lourdes Manzine
1990 *A Formação e a Ideologia do Administrador de Empresas*. São Paulo, Cortez Editora.
- Dantas, Laura
1978 *Consultores Organizacionais: Agentes de Mudança ou Conselheiros do Rei?* Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado.
- Drago, Pedro Aníbal
1980 *Treinamento e Desenvolvimento de Gerentes: Um Perfil Profissional*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Dutra, Joel Souza
1987 *Profissionais de Recursos Humanos: Um Grupo à Procura de Sua Legitimação*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Grün, Roberto
1992 "Quem é Moderno? Um Estudo sobre as Estratégias Discursivas de Gerentes Brasileiros". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 18, fevereiro, pp. 96-108.
1993 "Sobre o Envelhecimento no Campo Gerencial". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 33, n. 2, pp. 44-63.
1995 *A Revolução dos Gerentes Brasileiros*. São Carlos, Editora da UFSCar.
- Longo, Maria Heloísa
1985 *Administradoras: Suas Trajetórias e os Recortes do Cotidiano*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Martins, Carlos Benedito
1988 Expansão dos Cursos de Administração no Brasil (1952-1983). Trabalho apresentado no XII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Pena, Maria Valéria J.
1985 "A Introdução das Ideologias Gerenciais no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 25, n. 3, jul.-set., pp. 23-30.
- Santos, M.H. de C.; Pinheiro, M.L. de M. e Machado, E.M.
1994 "Profissionalização dos Quadros Superiores da Administração Pública". *Revista do Serviço Público*, vol. 118, n. 2, jul.-ago., pp. 35-90.

Venosa, Roberto

- 1989 "A Caracterização de um Grupo de Gerentes: Ideologia e Prática". *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, vol. 29, n. 4, out.-dez., pp. 17-28.

Arquitetura:

Durand, José Carlos G.

- 1972 *O Arquiteto: Estudo Introdutório de uma Ocupação*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

- 1974 *A Profissão de Arquiteto, Estudo Sociológico*. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5.^a Região.

- 1989 *Arte, Privilégio e Distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil 1855/1985*. São Paulo, Perspectiva/Edusp.

Fischer, S.

- 1989 *Ensino e Profissão: O Curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado, 2 vols..

Marques, S.

- 1983 *Maestro Sem Orquestra: Um Estudo da Ideologia do Arquiteto no Brasil 1820-1950*. Recife, UFPE, dissertação de mestrado.

Mello, E. A. Kneese.

- 1971 *Introdução ao Estudo da Arquitetura no Brasil (Contribuição ao 1.º Seminário de Estudos Brasileiros)*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP.

Reis Filho, Nestor Goulart

- 1970 *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.

Ciências Sociais:

Abranches, Sergio Henrique H.

- 1987 "As Ciências Sociais e o Estado: Comentários Sobre a Política Científica e Tecnológica e a Institucionalização da Ciência Social no Brasil". In Anpocs (org.), *O Que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Anpocs/ Cortez, vol. 2.

Almeida, Maria Hermínia Tavares de

- 1987 "Castelos na Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964)". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 24.

Azevedo, Fernando (org.).

- 1956 *As Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.

Boas, Gláucia K. Villas

- 1992 *Vocação das Ciências Sociais (1945/1964): Um Estudo da Produção em Livro*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado.

Bonelli, Maria da Glória

- 1993 "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 36, 2.º semestre, pp. 31-61.

- 1993 *Identidade Profissional e Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais: As Ciências Sociais no Sistema das Profissões*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.
- 1994 “O Mercado de Trabalho dos Cientistas Sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 25, junho, pp. 110-26.
- 1995 “O Mundo das Ciências Sociais”. In Miceli, Sergio (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 2, São Paulo, Sumaré/FAPESP/Idesp.
- Durand, José Carlos G.
1984 “A Mal Assumida Profissão de Sociólogo”. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 24, n. 3, jul.-set., pp. 76-8.
- Larangeira, Sonia
1987 As Ciências Sociais no Brasil (1970-1980). Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Marinho, M. J. da Cunha
1987 “A Profissionalização da Sociologia no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 30, n. 2, pp. 223-33.
- Miceli, Sérgio
1987 “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 2, n. 5, outubro, pp. 5-26.
- (org.)
1989 *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep.
- (org.)
1995 *História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2*. São Paulo, Sumaré/FAPESP/Idesp,.
- Ortiz, Renato
1990 “Notas Sobre as Ciências Sociais no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 27, julho, 1990, pp.163-75.
- Schwartzman, Simon
1987 “A Força do Novo: Por uma Sociologia dos Conhecimentos Modernos no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, vol. 2, n.º 5, pp. 47-66.
- 1990 O Lugar das Ciências Sociais no Brasil nos Anos 90. São Paulo, NUPES/USP, mimeo.
- Sorj, Bernardo
1985 Intelectuais, Autoritarismo e Política: O Cebrap e as Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, mimeo.
- 1992 Estratégias, Crise e Desafios das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Idesp, mimeo.
- Vianna, Luiz Werneck; Carvalho, Maria Alice Rezende de e Melo, Manuel Palácios Cunha
1994 “Cientistas Sociais e Vida Pública: O Estudante de Graduação em Ciências Sociais”. *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 37, n. 3, pp. 351-529.

Direito:

Advocacia

Adorno, Sergio

- 1988 *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Aguiar, Roberto A.R.
1991 *A Crise da Advocacia no Brasil (Diagnósticos e Perspectivas)*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- Arruda Júnior, Eduardo L.
1983 Notas Para uma Sociologia dos Bacharéis em Direito no Brasil. Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.
- Catão, Yolanda
s/d *O Perfil do Advogado*. Rio de Janeiro, OAB/RS.
- Elias, Roseli
1989 *Mulher e Advocacia: Elementos de Ideologia e Trabalho*. Rio de Janeiro, IUPERJ, dissertação de mestrado.
- Falcão, Joaquim de Arruda
1978 *O Advogado, a Cultura Jurídica e o Acesso ao Sistema Judiciário*. Recife, PIMES/Universidade Federal de Pernambuco.
- 1984 *Os Advogados: Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massanguana.
- Instituto Gallup de Opinião Pública
1982 *Dados Pessoais e Profissionais dos Advogados Paulistas*. São Paulo, mimeo.
- Lima Jr., Olavo B. de; Klein, Lucia M. G. e Martins, Antonio S.
1970 *O Advogado e o Estado no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ, mimeo.

Delegados de Polícia

- Mingardi, Guaracy
1991 *Tiras, Trutas e Gansos*. São Paulo, Scritta Editorial.
- Oliveira, José Luciano G.
1984 *Sua Excelência o Comissário*. Recife, UFPE, dissertação de mestrado.
- Paixão, Luiz Antonio
1982 "A Organização Policial Numa Área Metropolitana". *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 25, n. 1, pp. 63-85.

Magistratura e Ministério Público

- Bonelli, Maria da Glória
1995 "Condicionantes da Competição Profissional no Campo da Justiça: a Morfologia da Magistratura". In Sadek, Maria Tereza (org.), *Uma Introdução ao Estudo da Justiça*, São Paulo, Idesp/Sumaré.
- Bonelli, Maria da Glória; Aguiar M. M. e Donatoni, S.
1994 "A Dinâmica Profissional no Campo da Justiça". *Teoria e Pesquisa*. São Carlos, Departamento de Ciências Sociais/ UFSCar, n. 9, junho, pp.1-32.
- Nalini, José Renato (coord.)
1992 *Curso de Deontologia da Magistratura*. São Paulo, Saraiva.
- Sadek, Maria Tereza (org.)
1994 *O Judiciário em Debate*. São Paulo, Idesp/Sumaré.

Economia:

Loureiro, Maria Rita

1992 "Economistas e Participação Política no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 19, junho, pp. 34-6.

1992 "Economistas e Elites Dirigentes no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 20, outubro, pp. 47-69.

Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo e Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo

1984 *O Perfil do Economista*. São Paulo, Série Estudos e Pesquisa.

Educação:

Enciso, Javier P.

1972 *O Professor de Ensino Médio no Estado de Goiás: Um Estudo da Conjuntura e Estrutura*. São Paulo, FFLCH/USP, tese de doutorado.

Gouveia, Aparecida Joly

1989 "As Ciências Sociais e a Pesquisa Sobre Educação". *Tempo Social*, São Paulo, vol. 1, n. 1, 1.º semestre, pp. 71-9.

Masson, Máximo Augusto Campos

1988 *Magistério e Sindicalismo: A Trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado.

Pereira, Luiz

1969 *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes*. São Paulo, Pioneira.

Rodrigues, Cláudio J. Lopes

1976 *O Magistério Secundário Estadual da Paraíba — Um Estudo Diacrônico*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

Sant'Ana, Ruth Bernardes de

1993 *Professores de Primeiro e Segundo Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva*. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado.

Enfermagem:

Alcântara, Gleite de

1966 *A Enfermagem Moderna como Categoria Profissional: Obstáculos à Sua Expansão na Sociedade Brasileira*. Ribeirão Preto, Escola de Enfermagem/USP, tese de cátedra.

Conselho Federal de Enfermagem/Associação Brasileira de Enfermagem

1985 *O Exercício da Enfermagem nas Instituições de Saúde do Brasil: 1982/1983*. 2 Vols. Rio de Janeiro.

Germano, Raimunda Medeiros

1985 *Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil*. São Paulo, Cortez.

- Loyola, Cristina Maria Dourat
1984 *Os Doce(i)s Corpos do Hospital. As Enfermeiras e o Poder Institucional na Estrutura Hospitalar*. Rio de Janeiro, IFCS/UF RJ, dissertação de mestrado.
- Mello, Cristina Maria Meira de
1986 *Divisão Social do Trabalho e Enfermagem*. São Paulo, Cortez.
- Santos, C. A.
1973 *A Enfermagem como Profissão: Estudo num Hospital Escola*. São Paulo, Pioneira/EDE/USP.
- Silva, Graciete B.
1979 “Desenvolvimento da Enfermagem: Correlação de Problemas da Profissão e da Mulher na Sociedade”. *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Enfermagem*, Fortaleza.
- 1986 *A Enfermagem Profissional: Análise Crítica*. São Paulo, Cortez.

Engenharia:

- Barbosa, Maria Ligia de Oliveira
1993 *Reconstruindo as Minas e Planejando as Gerais: Os Engenheiros e a Constituição dos Grupos Sociais*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.
- Basso, Itacy Salgado
1993 *Engenheiro de Materias: Educação e Trabalho*. São Carlos, UFSCar, dissertação de mestrado.
- Dalcol, P.
1985 *A Study of Production Engineering in Brazil: Occupational Emergence and Development in Response to Industrialization*. Londres, University of London, tese de Ph.D.
- DIEESE
1984 *Mercado de Trabalho e Situação Profissional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos no Estado do Rio de Janeiro*. DIEESE/CREA.
- Kawamura, Lili Katsuco
1979 *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*. São Paulo, Ática.
- 1985 “A Transferência de Tecnologia na Perspectiva dos Engenheiros (São Paulo, 1978-85)”. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 25, n. 3, jul.-set., pp. 71-5.
- 1986 *Tecnologia e Política na Sociedade*. São Paulo, Brasiliense.
- Oliveira, Antonio Santos
1993 *O Cérebro da Fábrica: A Representação do Mundo do Trabalho Elaborada por Engenheiros Industriários*. Salvador, UFBA, dissertação de mestrado.
- Silva, Elizabeth B.
1984 *Mercado de Trabalho e Situação Profissional dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, DIEESE, mimeo.
- Silva, M.T. da
1986 *A Engenheira: Um Estudo Empírico da Divisão Sexual do Trabalho*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Simões, Solange D.

1989 *The Position of Engineers in the Brazilian Class Structure and Their Industrial and Political Orientations*. Londres, London School of Economics, tese de Ph. D.

Jornalismo:

Borin, Jair

1972 *Jornalista Profissional no Estado de São Paulo: Perfil Socioeconômico e Cultural*. São Paulo, ECA/USP, mimeo.

Cardoso, Adalberto M.

1994 *Jornalistas: Ética e Democracia no Exercício da Profissão*. Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da Anpocs, Caxambu, MG, mimeo.

Goldenstein, Gisela

1992 *Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

Levenorth, Edgard

1987 *A Organização dos Jornalistas Brasileiros 1908-1951*. São Paulo, Com-Arte.

Medina, Cremilda

1982 *Profissão Jornalista: Responsabilidade Social*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Melo, José Marques de e Silva, Carlos Eduardo Lins da

1991 *Perfis de Jornalistas*. São Paulo, FTD.

Mendes, Ricardo Fontes

1995 *As Disputas no Campo Profissional do Jornalismo*. São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFSCar, relatório do projeto de dissertação de mestrado.

Paillet, Marc

1986 *Jornalismo, o Quarto Poder*. São Paulo, Brasiliense.

Peixoto, Fernanda

1994 *Os Anos 80 e a Imprensa no Brasil: Algumas Observações*. São Paulo, Cebrap, mimeo.

Sá, Adísia

1985 *O Jornalismo Brasileiro — A Federação dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1985*. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará.

Travancas, Isabel Siqueira

1993 *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo, Summus.

Medicina:

Campos, Gastão W.

1986 *Os Médicos e a Política de Saúde: Entre a Estatização e o Empresariamento*. São Paulo, Faculdade de Medicina/USP, dissertação de mestrado.

- Coradini, Odaci L.
1995 “‘Grandes Famílias’ e Elite ‘Profissional’ na Medicina no Brasil”. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, UFRS, n. 2.
(no prelo) “A Formação da Elite Médica no Brasil e Sua Seleção: Confronto com o Caso Francês”. *História, Ciência, Saúde*, Rio de Janeiro, Fundação Instituto Oswaldo Cruz.
- Donnangelo, Maria Cecília F.
1975 *Medicina e Sociedade: O Médico e Seu Mercado de Trabalho*. São Paulo, Pioneira.
1981 Condições do Exercício Profissional da Medicina na Área Metropolitana de São Paulo. São Paulo, Conselho Regional de Medicina — SP.
- Esteves, Fernanda Maria M. Xavier
1989 *Modernidade em Questão. A Inserção das Mulheres na Medicina: Uma Profissão Tradicionalmente Exercida Por Homens*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.
- Gama, Cláudio Murilo Pimentel
1992 *O Espírito da Medicina: Médicos e Espíritas em Conflito*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Loyola, Maria Andréa
1984 *Médicos e Curandeiros: Conflito Social e Saúde*. São Paulo, Difel.
- Machado, Roberto *et al.*
1978 *(Da)nação da Norma — Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- Magalhães, Geraldo Elvino
1979 *Profissionais em Organizações Complexas: Análise de um Hospital Psiquiátrico*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.
- Salgueiro, Carmella Vertullo
1987 *A Incorporação de Práticas Alternativas no Sistema Previdenciário de Saúde: Um Relato do Desenvolvimento da Homeopatia no Brasil*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.
- Salles, Maria do Rosário R.
1995 *Os Médicos Italianos em São Paulo — 1890/1930: Um Projeto de Ascensão Social*. São Paulo, Idesp, relatório de pesquisa, mimeo.
- Soares, Bárbara Musumeci
1988 *A Homeopatia como Espelho da Natureza*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.
- Venancio, Ana Tereza Acatauassú
1990 *Sobre a “Nova Psiquiatria” no Brasil: Um Estudo de Caso do Hospital-Dia do Instituto de Psiquiatria*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Nutrição:

- 1985 Bosi, Maria Lúcia Magalhães. *Nutrição e Poder; da Ciência à Reprodução*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, dissertação de mestrado, 2 vols.

Problemática Profissional:

Assumpção, Leilah Landin

1993 *A Invenção das ONGs: Do Serviço Invisível à Profissão Sem Nome*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, tese de doutorado.

Barbosa, Maria Lígia de Oliveira

1985 *O Assalariamento do Trabalho Intelectual na Universidade*. Belo Horizonte, UFMG, dissertação de mestrado.

1993 “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 36, 2.º semestre, pp. 3-30.

Bonelli, Maria da Glória

1989 A Classe Média do “Milagre” à Recessão. São Paulo, Idesp, mimeo.

Bruschini, M.C.A.

1978 “Mulher e Trabalho: Engenheiras, Enfermeiras e Professoras”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 27, dezembro, pp. 3-18.

Castro, Edna Maria R. de

1986 Trajetórias Profissionais e a Construção do Cotidiano. Trabalho apresentado no X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão, SP.

Diniz, Marli

1995 *Os Donos do Saber: Profissões e Monopólios Profissionais*. Rio de Janeiro, Iuperj, tese de doutorado.

Durand, José Carlos G.

1975 “A Serviço da Coletividade — Crítica à Sociologia das Profissões”. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, FGV, vol. 15, n. 6, nov.-dez., pp. 59-69.

Gomes, Angela de Castro (coord.)

1994 *Engenheiros e Economistas: Novas Elites Burocráticas*. São Paulo, Editora da FGV.

Gouveia, Aparecida J.

1965 “Desenvolvimento Econômico e Prestígio de Certas Ocupações”. *América Latina*, n. 9, pp. 66-78.

Grün, Roberto

1992 “Sindicalismo, Anti-Sindicalismo e a Gênese das Modernas Classes Médias Brasileiras”. *Dados*, Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 35, n. 3, pp. 435-71.

Lorenzoni, Luiz Leôncio

1989 *O Sistema de Carreira Profissional como Mecanismo de Conformismo Social*. São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Marinho, Marcelo J.M. da C.

1985 *Profissionalização e Credenciamento: A Política das Profissões*. Rio de Janeiro, Iuperj, dissertação de mestrado.

Mello, Guiomar N.

1982 *Magistério de Primeiro Grau: Da Competência Técnica ao Compromisso Político*. São Paulo, Autores Associados/Cortez.

Nogueira, Oracy.

1963 *Contribuição ao Estudo das Profissões de Nível Universitário no Estado de São Paulo*. Osasco, FCEA/Osasco, tese de livre-docência em Sociologia.

Oliveira, Elza

1985 Profissionais de Várias Carreiras Formados entre 1972 e 1978, em Diferentes Regiões do País. Trabalho apresentado no IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.

Prandi, José Reginaldo

1982 *Os Favoritos Degradados: Ensino Superior e Profissões de Nível Universitário no Brasil Hoje*. São Paulo, Loyola.

Silva, Nelson do V.

1974 Posição Social das Ocupações. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.

1985 Atualização da Escala Socioeconômica de Ocupações para 1980. Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), mimeo.

Simões, Solange de Deus

1991 "Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Organização Política e Sindical". *Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp.160-99.

Professores Universitários:

Balachevsky, Elizabeth

1995 *Atores e Estratégias Institucionais: A Profissão Acadêmica no Brasil*. São Paulo, Departamento de Ciência Política/USP, tese de doutorado.

Schwartzman, Simon

1989 Ciência, Profissões e a Questão da Autonomia. São Paulo, NUPES/USP, Série Documentos de Trabalho, mimeo, junho.

Schwartzman, Simon e Balachevsky, Elizabeth

1992 A Profissão Acadêmica no Brasil. São Paulo, NUPES/USP, Série Documentos de Trabalho, mimeo, maio.

Weber, Silke

1985 O Docente Universitário. Trabalho apresentado no IX Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, SP.

Propaganda/ Publicidade/ Marketing:

Branco, Renato Castelo (org.)

1990 *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo, IBRACO/T. A. Queiroz Editor.

Bulcão, Maria Cristina Carreira

1982 *É o Marketing uma Ciência?* São Paulo, EAESP/FGV, dissertação de mestrado.

Durand, J. C.

s/d *A Implantação da Pesquisa de Opinião e Mercado no Brasil (1930-1972)*. São Paulo, NPP/FGV.

Kacelnik, Zilda
1976 *A Ideologia dos Publicitários*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Rocha, Eduardo P. G.
1982 *Magia e Capitalismo: Um Estudo Antropológico da Publicidade*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Psicanálise:

Carvalho, Cíntia A.
1995 *Os Psiconautas do Atlântico Sul: Uma Etnografia da Psicanálise*. Campinas, IFCH/Unicamp, tese de doutorado.

Formiga, Ronaldo da Costa
1985 *O Fenômeno da Psicanálise: Uma Abordagem Interdisciplinar*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, dissertação de mestrado.

Lopes, Achyses Jobim
1984 *A Psicanálise como Revolução Científica e Mito*. Rio de Janeiro, Instituto de Psiquiatria/UFRJ, dissertação de mestrado.

Psicologia:

Borges, M.M.
1987 "Psicologia — Substantivo, Feminino, Singular: A Participação da Mulher na Produção do Conhecimento". *Programa de Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.

Conselho Federal de Psicologia
1988 *Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo, Edicon.

Gil, Antonio Carlos
1982 *O Psicólogo e Sua Ideologia*. São Paulo, FESP, tese de doutorado.

Jaques, M. da G.C.
1979 "Características da Profissão de Psicólogo: Uma Síntese Bibliográfica". *Psico*, n. 16, 2.º semestre, pp. 59-70

Martins, L.A. de J.F.
1987 "Perfil Profissional do Psicólogo em Rio Claro". *Programa de Resumos da XVII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto.

Mello, S. L.
1983 *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo, Ática.

Neves, Maria Aparecida
1971 *O Psicólogo no Brasil — Um Estudo*. Rio de Janeiro, PUC, dissertação de mestrado.

Pereira, Silvia Leser de M.
1972 *As Atividades Profissionais do Psicólogo em São Paulo*. São Paulo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho/Instituto de Psicologia/USP, tese de doutorado.

Rosemberg, F.

1983 "Psicologia, Profissão Feminina". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 47, novembro, pp. 32-7.

Schmidt, Maria Luíza

1984 *Psicologia: Representações da Profissão*. São Paulo, Instituto de Psicologia/USP, dissertação de mestrado.

Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo

1984 *O Perfil do Psicólogo no Estado de São Paulo*. São Paulo, Sindicato dos Psicólogos/CRP — 6.^a Região/Cortez.

Serviço Social:

Iamamoto, Marilda V.

1988 *Legitimidade e Crise no Serviço Social: Ensaio e Interpretação Sociológica da Profissão*. Piracicaba, ESALQ/USP, dissertação de mestrado.

Resumo

Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras

O artigo faz um levantamento dos estudos sobre as profissões realizados pelas Ciências Sociais brasileiras nos últimos 30 anos, relacionando as mudanças na forma de se focalizar esta temática com o aumento da estratificação social no país. Foram catalogados 144 trabalhos sobre o assunto, dos quais 12 foram resumidos e analisados aqui. Estes trabalhos ilustram momentos diferentes do percurso da temática, ao longo das décadas de 60, 70, 80 e 90, centrando-se em profissões como as de advogado, médico, engenheiro, cientista social, docente universitário e arquiteto, além de abordarem questões mais gerais da problemática da profissionalização.

Abstract

Studies on the Liberal Professions Conducted Within the Brazilian Social Sciences

The article surveys studies on liberal professionals conducted in the Brazilian social sciences over the past thirty years and draws a relationship between the changes in how this topic has been approached and Brazil's increasing social stratification. Twelve of the one hundred and forty-four catalogued studies are summarized and analyzed here. These studies illustrate different moments in the history of this research down through the 1960s, 1970s, 1980s and 1990s. They focus on such professionals as attorneys, physicians, engineers, social scientists, university professors, and architects and also explore more general questions related to the issue of professionalization.